

[informe)ieb

n. 28

ISSN: 2763-7727

[

)
[
[

Instituto de
Estudos
Brasileiros



[editorial)

É com satisfação que apresentamos o número 28 do *Informe IEB*. Os textos reunidos nesta edição oferecem um panorama das atividades, reflexões e iniciativas desenvolvidas no Instituto de Estudos Brasileiros, evidenciando a diversidade de temas e abordagens que caracterizam a produção intelectual do IEB, além de sua articulação constante entre pesquisa, formação e difusão cultural.

A questão da memória social, em especial quando atravessada pelas formas históricas e contemporâneas da violência de Estado, ocupa lugar de destaque neste número. Os textos dedicados ao Carandiru, tratando-o como acontecimento histórico e como questão social ainda aberta, conferem densidade política ao conjunto da edição. Ao mobilizar diferentes registros, que vão desde a pesquisa acadêmica até a criação artística, essas contribuições tensionam silêncios, interrogam continuidades e transformações das práticas institucionais de violência no Brasil e reafirmam a memória como campo de disputa, escuta e elaboração crítica.

Em diálogo com essas reflexões, o *Infor-*

me IEB reúne ainda textos que apresentam um pouco da vida institucional do Instituto enquanto espaço de produção e circulação do conhecimento. A apresentação do número 92 da *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* assim como os textos dedicados aos Seminários de Memorialismo e ao III Colóquio Internacional de Filologia e História destacam iniciativas voltadas à formação acadêmica, ao debate metodológico e à articulação de redes de pesquisa, reafirmando o compromisso da instituição com a reflexão crítica e com a interlocução ampla no campo das humanidades.

A edição contempla ainda contribuições que tratam de temas relativos a arquivos, obras e trajetórias intelectuais, evidenciando o IEB como lugar de pensamento e de permanente atualização interpretativa. As reflexões sobre Mário de Andrade, o ensaio de Fernando Paixão em torno do gesto da reescrita e o texto dedicado à tradução e ao pensamento de Bunseki Fu-Kiau mobilizam questões relativas à memória, à linguagem, à autoria e à circulação de ideias, ampliando horizontes teóricos e epistemológicos dos estudos brasileiros.

A presença da arte, entendida como forma de conhecimento e intervenção, aparece de modo significativo em textos que abordam o corpo, a performance e os meios de difusão cultural. A análise do espetáculo *Kulinda* enfatiza processos de elaboração da memória a partir da experiência artística, enquanto a apresentação do programa *Teatro de Babel*, da Rádio USP, destaca o papel da comunicação e da extensão universitária na ampliação do diálogo entre universidade e sociedade.

Ao reunir textos de naturezas diversas, este número do *Informe IEB* evidencia a complexidade das agendas contemporâneas do Instituto e reafirma seu compromisso com uma produção intelectual rigorosa, socialmente situada e atenta às disputas em torno da memória, da cultura e do conhecimento. Esperamos que a leitura contribua para ampliar debates e fortalecer os vínculos entre o IEB, a Universidade de São Paulo e a sociedade.

Luciana Suarez Galvão

Vice-diretora – IEB/USP

<https://orcid.org/0000-0003-1369-688X>

[informe)ieb

Publicação quadrimestral do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, o *Informe IEB* é um boletim de acesso aberto que divulga atividades realizadas pelo Instituto e notícias ou temas relacionados a ele. Trata-se de um canal de interação entre a direção e a sociedade. Editado desde 2016, além dos textos definidos pela direção, incentiva o envio de sugestões de pauta e de textos pelos funcionários, docentes e colaboradores. São três números anuais, divulgados em janeiro, maio e setembro.

JANEIRO/2026

Universidade de São Paulo

Prof. dr. Aluísio Augusto Cotrim Segurado (reitor)
Profa. dra. Liedí Légi Bariani Bernucci (vice-reitora)

Instituto de Estudos Brasileiros

Profa. dra. Monica Duarte Dantas (diretora)
Profa. dra. Luciana Suarez Galvão (vice-diretora)

Editor responsável

Pedro B. de Meneses Bolle

Editora-executiva

Maria Izilda Claro do Nascimento F. Leitão

Produção

Cleusa Conte Machado
(preparação e revisão de textos)
Flavio Alves Machado
(diagramação)



Uma publicação da Difusão Cultural



Normas para publicação

Os critérios e normas para publicação estão disponíveis em: www.ieb.usp.br/informe

Contato

Instituto de Estudos Brasileiros – Informe IEB
Espaço Brasileira
Av. Prof. Luciano Gualberto, 78 - salas 49/50/53
Cidade Universitária - 05508-010 - São Paulo – SP

Sugestões de pauta podem ser enviadas para:
informeieb@usp.br



Visite nossas mídias em: www.ieb.usp.br/midias

[carandiru)

Quando a violência muda de forma: o que o Carandiru tem a ver com as mulheres presas?

Quando ouvimos falar do Carandiru, quase sempre lembramos do massacre de 2 de outubro de 1992, quando 111 homens presos foram assassinados pela polícia na Casa de Detenção de São Paulo. Foi o maior massacre já registrado dentro de uma prisão no Brasil, sendo até hoje lembrado como símbolo da violência do Estado contra pessoas privadas de liberdade.

Mas o que pouca gente sabe, ou prefere esquecer, é que o território do Carandiru continuou funcionando como espaço de punição mesmo depois da desativação da Casa de Detenção. A violência não desapareceu. Apenas mudou de forma. Neste texto, expõe-se parte das pesquisas que

têm sido realizadas no contexto da residência artística do IEB.

Como começou o aprisionamento feminino em São Paulo?

Antes de existirem presídios específicos para mulheres, as presas eram mantidas no Presídio Tiradentes, no centro da cidade de São Paulo. Lá havia uma ala chamada “Torre das Donzelas”, onde as mulheres ficavam separadas dos homens, mas ainda submetidas a uma estrutura pensada para o encarceramento masculino. Isso as expunha a situações de insegurança, maus-tratos e abandono.

A criação de um presídio feminino foi adiada por anos, mesmo quando já havia a previsão de construção de um pavilhão para mulheres na planta da Penitenciária do Estado, inaugurada em 1920. Como apontam alguns pesquisadores, esse espaço chegou a ser quase finalizado, mas acabou sendo destinado a outro uso, porque havia resistência em manter um presídio feminino no mesmo território de um masculino.

Foi só em julho de 1942, após a entrada em

vigor do Código Penal de 1940, que passou a exigir que mulheres cumprissem pena em locais separados dos homens, que o Estado de São Paulo criou uma unidade prisional feminina. Sem estrutura adequada, improvisou-se: a antiga casa do diretor da Penitenciária do Estado, localizada nos jardins que cercavam o complexo no bairro de Santana, foi transformada em um pequeno presídio para mulheres. Era um espaço precário, mas foi o primeiro destinado exclusivamente ao encarceramento feminino na capital paulista.

Para administrar essa nova unidade, o governo convidou as freiras da Congregação do Bom Pastor d’Angers, que ficaram responsáveis pelo presídio por mais de três décadas. Elas organizavam a rotina com base em disciplina religiosa e ensinavam atividades como costura, culinária e bordado. A proposta era “reeducar moralmente” as mulheres, reforçando uma visão conservadora de que a mulher presa precisava ser corrigida para voltar a ser “mãe” ou “esposa exemplar”. Na prática, isso significava exercer um controle rígido sobre suas vidas, sem reconhecer os contextos de vulnerabilidade social que as levaram à prisão.



Maurício Monteiro, Walter Luiz dos Santos e Helen Baum (integrantes do coletivo Memórias Carandiru). Foto: Van Campos

A construção da PFC no território do Carandiru

Alguns anos depois, ainda na década de 1940, o estado construiu uma nova unidade prisional especificamente para mulheres: a Penitenciária Feminina da Capital (PFC). Ela foi erguida na avenida Zaki Narchi, na zona norte de São Paulo, dentro do território do Carandiru, mas não ao lado da Casa de Detenção. A PFC foi a primeira penitenciária construída do zero para mulheres no estado de São Paulo, e por muito tempo permaneceu invisibilizada, mesmo estando localizada no mesmo território que concentrava boa parte do sistema carcerário paulista.

Mesmo após o massacre de 1992 e a demolição da Casa de Detenção, a PFC continuou ativa no território do Carandiru. Por mais de 80 anos, mulheres seguiram presas naquele espaço. E, em 2023, a unidade foi desativada como presídio feminino e passou a abrigar

homens. O público mudou, mas o caráter punitivo do lugar permanece.

E a Penitenciária Feminina de Santana?

Enquanto isso, outro prédio histórico do mesmo território, a antiga Penitenciária do Estado, inaugurada em 1920, também foi transformado. Em 2005, por decreto estadual, essa unidade masculina foi oficialmente reorganizada e passou a funcionar como a Penitenciária Feminina Sant'Ana, sendo, hoje, a maior unidade prisional feminina da América Latina, com capacidade para cerca de 2.500 a 3.000 mulheres em regime fechado, muitas delas em situação de extrema vulnerabilidade social.

Os massacres continuam – só que mais silenciosos

Nas últimas décadas, o número de mulhe-

res presas cresceu mais de 600% no Brasil. A maioria é negra, pobre, chefe de família, acusada por crimes não violentos. Quando entram no sistema prisional, essas mulheres não são punidas apenas com privação de liberdade: perdem o vínculo com os filhos, o acesso à saúde, à dignidade e ao cuidado. Enfrentam superlotação, comida estragada, falta de produtos básicos e abandono completo por parte do Estado.

A verdade é que o massacre do Carandiru não acabou. Ele apenas mudou de forma. Onde antes havia bala e choque, hoje há abandono, silêncio e cela. O território do Carandiru, mesmo com muros diferentes, segue sendo espaço de repressão – e, onde ainda há mulher presa, há também luta, memória e resistência.

Helen Baum

Corpo Educativo Memórias Carandiru
<https://orcid.org/0009-0007-0145-5444>

Vozes que rompem o silêncio: memórias e resistências no Carandiru

O Programa de Residência Artística do IEB, realizado em parceria com o Instituto Çarê, tem recebido como um de seus grupos residentes o Corpo Educativo Memórias Carandiru. O coletivo é ligado ao Instituto Resgata Cidadão (IReC) e é formado por Maurício Monteiro (educador e pesquisador do Instituto Çarê, do IEB/USP e da Fundação Getúlio Vargas – FGV), Walter Luiz dos Santos (educador e pesquisador do Instituto Çarê e IEB/USP),

Helen Baum (educadora e pesquisadora do Instituto Çarê e do IEB/USP) sobreviventes do cárcere comprometidos com a preservação da memória da extinta Casa de Detenção de São Paulo. Por meio deste texto, pretendemos apresentar brevemente o trabalho desenvolvido pelo grupo, bem como o evento realizado na Etec de Artes, no Parque da Juventude, no dia 2 de outubro de 2025 em rememoração aos 33 anos do Massacre do Carandiru e como uma das partilhas públicas dos processos de pesquisa e criação educativo-cultural desenvolvidos sob o contexto da residência artística.

Nosso trabalho no território onde antes existia o Complexo do Carandiru e hoje está o Parque da Juventude tem como missão dar voz às narrativas silenciadas e reconstruir a história apagada de um espaço marcado por dor, resistência e luta pela dignidade, luta que segue até os dias de hoje, visto que ainda existem presídios em funcionamento no local. Atuamos por meio de roteiros de memória, palestras, oficinas e mediações educativas, aproximando o público da história social e da política do cárcere.

Transformamos o território em um lugar de reflexão, escuta e aprendizado coletivo, onde a memória se torna um instrumento de justiça, cidadania e reparação simbólica.



Exposição realizada no pátio da Etec de Artes, no Parque da Juventude.
Foto: Maurício Monteiro

Em comemoração aos 33 anos do Massacre do Carandiru, realizamos um evento com o tema “Território-memória Carandiru: construindo alianças para reparações históricas”. Nele, foi realizada uma mostra, pensada por egressos do sistema prisional, com objetos confeccionados por eles – exposição que vem sendo construída dentro do Programa de Residência Artística, via edital do Instituto Çarê-IEB/USP, e que foi apresentada inicial e parcialmente no Instituto com o título “Entre afetos: narrativas sobre amor, memória, verdade e justiça a partir de acervos documentais”, contando com parte da exposição realizada pelo coletivo Capulanas Cia de Arte Negra.

Além disso, ocorreram apresentações artísticas do grupo de rap Comunidade Carcerária e do rapper Mano Rodolfo e falas de autoridades, representantes de coletivos de direitos humanos, diretoras e professoras. Também foi lida uma ação judicial impetrada contra o Governo do Estado de São Paulo por violência, tortura e danos morais sofridos por Maurício Monteiro, sobrevivente do massacre, representado pelo Centro de Assistência Jurídica Saracura (Caju), da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas.

O evento contou com o apoio da Coordenação-Geral de Memória e Verdade da Escravidão e do Tráfico Transatlântico de Pessoas Escravizadas (CGMET) – inicia-



O objetivo do evento foi evitar o apagamento histórico e discutir políticas públicas de memória, verdade e não repetição

tiva do Ministério dos direitos Humanos (MDHC) –, Instituto Çarê, IEB/USP, Associação de Amigos/as e Familiares de Presos/as (Amparar), Defensoria Pública de São Paulo, FGV Direito SP, Grupo de Pesquisa em Direito e Violência de Estado (GPDVE), Núcleo Especializado de Situação Carcerária (Nesc), Escola de Defensoria Pública (Edepe), Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e Centro de Referência de Promoção da Igualdade Racial (CRPIR).

Mais do que recordar o passado, o evento buscou reconhecer as vidas interrompidas

e refletir sobre o presente, reafirmando a importância da memória como instrumento de resistência e justiça.

No território onde o silêncio se impôs por décadas, a arte, a educação e a palavra se unem para manter viva a lembrança do Carandiru – para que nunca mais se repita.

Maurício Monteiro

Corpo Educativo Memórias Carandiru

<https://orcid.org/0009-0003-7306-8970>

Walter Luiz dos Santos

Corpo Educativo Memórias Carandiru

<https://orcid.org/0009-0006-6223-9211>



Maurício Monteiro, Helen Baum e Walter Luiz dos Santos. Foto: Letícia Cescon da Rosa

[RIEB)

RIEB 92 compõe panorama expressivo da história, da cultura e da crítica no Brasil

Criada em 1966, a *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* reafirma seu compromisso com a promoção dos valores da ética científica, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Committee on Publication Ethics (Cope), especialmente aquelas explicitadas no documento *Principles of transparency and best practice in scholarly publishing*. Desde a adoção do modelo de publicação contínua no início de 2024, a recepção e a submissão de artigos também se realizam de forma ininterrupta ao longo do ano, possibilitando sua publicação na Coleção SciELO Brasil tão logo sejam aprovados e editados. O prazo médio de processamento dos manuscritos é de aproximadamente quatro meses. Essa modalidade confere maior agilidade à divulgação científica ao acelerar a disponibilização dos resultados para leitura e citação.



Multidisciplinar, a nova edição também divulga imagens do vasto acervo do IEB

O número 92, divulgado em dezembro de 2025, dedica-se a leituras críticas do Brasil em perspectiva interdisciplinar, tomando como eixo simbólico a obra de Tom Zé. A canção “Senhor cidadão” exemplifica uma interpretação aguda das heranças de autoritarismo, violência e exclusão que marcam a história do país. Homenageado pelo IEB/USP em 2025, o artista está presente na seção Criação, em uma compilação que reúne discursos, textos críticos e o agradecimento do compositor, reafirmando seu papel como intérprete inventivo da realidade nacional.

Inspirados por esse horizonte crítico, os artigos organizam-se em três núcleos – história social, artes visuais do século XX e modernismo literário no Brasil – e abordam temas como a descolonização do saber, as heranças indígenas e africanas, a formação musical, os museus, a arte engajada, Tarsila do Amaral, as experiências do concretismo e os recursos criativos de autores modernistas. Completam a edição textos de criação literária, reflexões sobre a conservação dos acervos do IEB, uma resenha dedicada a uma edição de correspondência.

Reunindo mais de 30 autoras e autores, em mais de 350 páginas de colaborações, e expressivo conjunto iconográfico – que demonstra a importância dos documentos salvaguardados no Instituto –, a publicação compõe um panorama denso e plural da história, da cultura e da crítica no Brasil.

A revista é disponibilizada gratuitamente na plataforma SciELO (<https://www.scielo.br/j/rieb/grid>) e no Portal de Revistas da USP: revistas.usp.br/rieb/issue/archive



Capa interna do LP *Todos os olhos* (1973), de Tom Zé. Foto: Reprodução

Pedro B. de Meneses Bolle
Editor-executivo da RIEB

<https://orcid.org/0000-0003-3800-9046>

[encontro)

Seminários de Memorialismo

Os Seminários de Memorialismo ocorreram, mensalmente, no Instituto, entre abril e junho e entre agosto e novembro de 2025, enquanto atividade do Núcleo de Estudos de Epistolografia Brasileira (NEEB/CNPq), do Laboratório Interdisciplinar do IEB (LabIEB) e do Programa de Pós-Graduação em Culturas e Identidades Brasileiras do IEB.

Os encontros, coordenados pelos professores Marcos Antonio de Moraes (IEB/USP) e Ligia Fonseca Ferreira (Unifesp), buscaram discutir questões teóricas, metodológicas, críticas e hermenêuticas que dizem respeito ao estudo do gênero testemunhal. Ensejaram debates interdisciplinares com a finalidade de consolidar abordagens críticas das “escritas de si”. Focalizaram diversificada gama de textos memorialísticos, publicados ou inéditos: a (auto)biografia, a carta/a correspondência, o diário pessoal etc. Exploraram aspectos discursivos, temáticos, multilíngues, histórico-sociopolíticos, musicais, arquivísticos etc. Colocaram igualmente em pauta o preparo de edições de manuscritos da vida privada, em bases científicas, considerando-se transcrição, fixação de aparatos crítico-genéticos, anotação,



Lígia Ferreira (Unifesp) e Marcos Moraes (IEB/USP), organizadores do evento, na apresentação das pesquisas de Camila Fresca (pós-doutoranda, IEB) e da profa. Flávia Toni (IEB/USP) em 28 de maio. Foto: Mirele Gomes da Conceição

encaminhamentos editoriais e éticos etc. As apresentações debruçaram-se sobre escritos de Ana Cristina Cesar, Gabriel García Márquez, Julieta de Godoy Ladeira, Luiz Heitor Correa de Azevedo, Maria Isabel Silveira, Mário de Andrade, Natalia Ginzburg, Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Telê Ancona Lopez e de outros.

O evento congregou estudantes de graduação, pós-graduandas/os e pós-doutorandas/os, em diálogo com reconhecidos pesquisadores da área, promovendo ricas interações e interlocuções críticas no âmbito do memorialismo no Brasil. Apresentaram suas pesquisas Adriano de Castro Meyer (mestre pela Unesp – Arquivo do IEB), Antonio Dimas (pesquisador sênior – IEB), Cami-

la Fresca (pós-doutoranda – IEB), Carolina Casarin (doutora – UERJ), Fernanda Braz da Silva (mestra – Unifesp), Giovani T. Kurz (pós-doutorando – IEB-Fapesp), Iara Pinheiro (pós-doutoranda – IEB-Fapesp), Joana Rodrigues (Unifesp), Flávia Toni (IEB-CNPq), Letícia Cescon da Rosa (iniciação científica – IEB), Ligia Fonseca Ferreira (Unifesp), Mariana Diniz Mendes (doutoranda – FFLCH/USP-Capes) e Talissa Ancona Lopez (doutoranda – Unicamp). Contou ainda com a participação do pianista Fernando Dias Gomes. Integram a Comissão Científica do evento Antonio Dimas e Telê Ancona Lopez, professora emérita do IEB.

Os Seminários de Memorialismo, concretizando o sentido de formação de quadros de pesquisadores na área, terão continuidade em 2026. Os encontros ensejam a difusão de investigações finalizadas ou em processo, a partilha de bibliografia, a circulação de programas universitários e culturais, a formação de grupos de estudo e, não menos importante, uma amistosa convivência intelectual.

A diversidade de abordagens e participantes demonstra a relevância e a amplitude dos estudos relacionados ao tema



Os professores Lígia Ferreira e Marcos Moraes durante a abertura do encontro de 25 de junho. Foto: Mirele Gomes da Conceição

Marcos Antonio de Moraes

Professor – IEB/UP

<https://orcid.org/0000-0001-7127-9254>

Ligia Fonseca Ferreira

Professora – Unifesp

<https://orcid.org/0000-0002-5305-6521>

[diálogos]

III Colóquio Internacional de Filologia e História: um espaço de encontro de ideias e partilha de perspectivas

A terceira edição do Colóquio Internacional de Filologia e História (COFHIS) foi um espaço de partilha crítica e de construção interdisciplinar de conhecimento, que ocorreu no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP) nos dias 15, 16 e 17 de outubro de 2025, promovendo diálogos entre as áreas de filologia, história e linguística histórica. Composto de três conferências, 12 mesas-redondas e 10 sessões de comunicação, em seu novo formato, pela primeira vez presencial, o evento foi promovido pelo Grupo de Estudos Filológicos e Lexicais da Universidade Federal da Bahia (Gefill/UFBa), Núcleo de Apoio à Pesquisa em Etimologia e História da Língua

Portuguesa (NEHiLP/USP), Laboratório do Papel (Embira/USP), Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (Cidehus) da Universidade de Évora e pela Cátedra Unesco em Patrimônio Imaterial e Saber-Fazer Tradicional: Ligando Patrimônios. Contou com o apoio do Arquivo Nacional e dos Programas de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da USP, em Língua e Cultura da UFBa, e em Culturas e Identidades Brasileiras do IEB/USP.

Essa terceira edição teve como tema “Metodologias em perspectiva e desafios político-sociais contemporâneos”. Como destacado pela professora doutora Vanessa Martins do Monte (USP) na sessão de abertura, o objetivo do evento foi “fortalecer os diálogos entre filologia, linguística histórica e história – diálogos que não se limitam a métodos e técnicas, mas que tocam diretamente as formas como produzimos, preservamos e disputamos saberes”. Esse diálogo se torna especialmente importante quando consideramos que vivemos “um tempo de intensas tensões sociais e políticas, no qual a circulação do conhecimento, a preser-

vação dos acervos e a própria produção científica estão constantemente ameaçadas. Nesse cenário, pensar metodologias é um ato político”.

As mesas-redondas – nas quais participaram docentes de diversas instituições – e as sessões de comunicação – integradas por pessoas da graduação e da pós-graduação – apresentaram pesquisas que discutiram diversos temas, entre eles: filologia, história, diplomática, epistolografia, edição de textos, léxico, ensino de língua portuguesa, humanidades digitais, inteligência artificial, literatura, memória social, patrimônio cultural e arquivo. Como também foi ressaltado na sessão de abertura, “ao reunir pesquisadoras, pesquisadores, estudantes e docentes de diferentes áreas e instituições do Brasil e do exterior, o III COFHIS se propõe a ser não apenas um espaço de debate metodológico, mas também um espaço de resistência, de construção de memórias e de afirmação da diversidade das vozes que compõem a nossa história”. O que percebemos é que, apesar de as falas abordarem temas por vezes bastante distintos, havia um fio, conduzido pela reflexão sobre a memória, a tecer as ideias, as metodologias e os objetivos apresentados pelas pesquisadoras e pesquisadores.

O encontro entre temas e diferentes áreas da reflexão acadêmica pôde ser observado logo na conferência de abertura da historiadora Sílvia Hunold Lara (Universidade Estadual de Campinas – Unicamp), que apresentou um trabalho muito preocupado com o labor filológico. Intitulada “Práticas identitárias e processos de racialização em Portugal no final do século XVIII”, sua fala abordou a presença e a



Eliana Brandão (UFBa), Vanessa Monte (USP), Marcus Souza (USP) e Luciana Galvão (USP) na sessão de abertura do evento. Foto: Mariana Marques



Phablo Fachin (USP) e Silvia Lara (Unicamp) na conferência “Práticas identitárias e processos de racialização em Portugal no final do século XVIII”.
Foto: Beatriz Cardenete

traduzir e de editar que, apesar de partirem de áreas distintas, prezam pelo mesmo cuidado com o texto.

Por fim, a conferência de encerramento, “Além das disciplinas filológicas”, proferida pela professora doutora Ângela Correia (Universidade de Lisboa), debateu a polissemia do termo “filologia” e a interdisciplinaridade de seus métodos, reforçando a pluralidade das suas relações com as áreas de história e linguística histórica que permeou os três dias de evento. Consideramos, assim, que o III COFHIS proporcionou trocas bastante profícuas para todas as pessoas participantes e ouvintes, apresentando uma grande diversidade de pesquisas, visões e metodologias em trabalhos relacionados à filologia, à história e à língua, o que viabilizou um rico encontro de ideias. Acreditamos que espaços de sociabilidade dedicados ao debate e à reflexão – como o construído durante o evento – permitem que o conhecimento seja verdadeiramente construído e compartilhado entre pesquisadoras e pesquisadores de diferentes instituições.

Beatriz de Freitas Cardenete

Doutoranda – FLP/FFLCH/USP

<https://orcid.org/0000-0003-2592-7518>

Elisa Hardt Leitão Motta

Doutoranda – FLP/FFLCH/USP

<https://orcid.org/0000-0001-5568-5957>

ausência de designações de cor de pele e posição social na pintura *La mascarade nuptiale* (1788), de José Conrado Roza, contrastando-a com outros manuscritos estudados pela conferencista. Para a pesquisadora, o trabalho com fontes deve considerar que, diante do silêncio e do silenciamento, vale o não escrito, sendo importante olhar para as lacunas memorialísticas presentes nos documentos aos quais temos acesso.

No estudo de fontes, filologia, história e linguística histórica muitas vezes se conversam e se complementam. Assim como apontado pela professora doutora Vanessa, trabalhar com a edição, a interpretação e a publicação de textos é também atuar na “tessitura da memória, reconhecer silenciamentos e construir o arquivo. É afirmar que as vozes do passado continuam a ressoar no presente e que a pesquisa acadêmica tem papel fundamental na forma como essas vozes são ouvidas”.

O colóquio se tornou, desde sua primeira edição, um espaço de trocas, de fortalecimento de redes e de criação de novos caminhos de pesquisa, permitindo que os participantes colocassem em palco vozes e fragmentos da história de sujeitos e sujeitos que por muito tempo foram

subalternizados, destacando, assim, suas práticas discursivas de luta e resistência. O destaque de tais vozes e fragmentos, bem como a interdisciplinaridade e a criação de novos caminhos de pesquisa, ficou bastante evidente na conferência proferida pelo professor doutor Tiganá Santana (IEB/USP). Intitulada “Tradução e (re)aproximações cosmológicas”, a fala expôs o processo de traduzir, transduzir e transportar ao português a obra intitulada *O livro africano sem título – Cosmologia dos Bantu-Kongo*, de Kimbwandende Kia Bunseki Fu-Kiau, destacando, ainda, a importância de, ao se fazer uma tradução, colocarem-se as perguntas “o quê”, “quem”, “por quê” e “para quê” se traduz. A filologia adota as mesmas perguntas – colocadas, pelo conferencista, no contexto da tradução – como essenciais ao trabalho paleográfico. Vemos, assim, uma estreita relação entre os trabalhos de

Público do evento acompanha a conferência de Tiganá Santana (USP).

Foto: Mariana Marques



[homenagem)



O público: Arvoretas, estudantes do Instituto Federal, Grupo de Leitores de *O Turista Aprendiz*. Foto: acervo da autora.

Mariode andradiar é preciso...

Dublin e muita Europa, assim como cidades nas América e na Ásia, cultivam o Bloomsday, instituído para homenagear o escritor irlandês James Joyce (1882-1941), configurado em Leopold Bloom, o protagonista de *Ulisses*, obra-prima renovadora e de afirmação universal, publicada em 1922. Bloom, no dia 16 de junho, 1904, perambula dezenove horas por Dublin, nas páginas de Joyce. Zanza, desde a metade dos anos 1920, pela comemoração dessa data, estendida, pouco a pouco, interdisciplinar e internacionalmente. Centenária!

João Guimarães Rosa nasceu em 27 de junho, 1908, e encantou-se em 1967. Seu romance-mundo *Grande sertão: veredas*, em 1956, renovou a literatura brasileira e brilha na literatura universal. Riobaldia, no batismo feliz pela professora Maria Cecília Marks, confraterniza rosianos brasileiros desde 2022. O programa vai para a internet, aberto a qualquer hora, a qualquer vez.

Agora, 2025: a professora Silvia De Am-

brois Pinheiro Machado, psicóloga que estuda Guimarães Rosa e Mário de Andrade, instituiu o Mariodeandradia, 9 de outubro. Corresponde à data de nascimento do polígrafo e magistral pensador da cultura brasileira. Em seu doutoramento na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP), sobre a cantiga de ninar (livro publicado pela Edusp – *Cantiga de ninar brasileira: aproximações*, 2015), apoiou-se em Mário de Andrade. Silvia mantém interlocução com o IEB faz tempo, tanto na exploração dos caminhos do Rosa, como nos trajetos do escritor paulistano. Coordena na Estação Maylasky de São Roque, cidade onde reside parte da semana, um projeto cultural amplo que reúne crianças e adultos em qualquer idade, moradores do centro ou periferias, trabalhadores do campo ou na cidade. Compreende o Grupo Arvoreta, a Roda de Leitura d' *O Turista Aprendiz* e a Oficina Fios e Linhas. Os dois primeiros se aplicam à leitura minuciosa, decifradora, preparando-se para o recitativo, na rua e em auditórios, de textos do Mário poeta, cronista e viajante. Dialogam com a Oficina Fios e Linhas. Seus participantes também se lançam na criação literária, musical e plástica.

No Riobaldia de 2025, sob a orientação do músico e compositor Matheus Pezzotta e da cantora e educadora Samantha Zucas,

a Estação Maylasky trouxe uma canção de Jean Garfunkel e Cecília Marks, composta especialmente para a comemoração.

Chegado o Mariodeandradia, o festejo foi a cantoria, no dia 10, a sala vibrando nos grupos habituais acrescidos dos alunos do Instituto Federal de São Roque na companhia do professor Rogério Souza. O compositor Jairo Chechin, ao lado da cantora Lia Cordoni, de Matheus Pezzotta e Samantha Zucas, regeu *Grãos de estrela*, canção em que ele glosa o poema emblemático do Mário de Andrade, "Eu sou trezentos, sou trezentos e cinquenta".

Grãos de estrela

(Jairo Chechin)

Cada grão de areia é um
Cada um de nós um grão
Sou trezentos e cinquenta
Eu sou todos e nenhum.

Estrela do céu, estrela do mar
Boia na manha, brilha vem dançar
Estrela dos olhos esconde o olhar
Como um grão de areia no fundo do mar.

Cada estrela tem sua luz
Pra sair da escuridão
No deserto dos teus olhos
Da areia sou um grão.

Alta vive lá no céu
Com sua constelação
Brilha toda em cada lago
Em todo meu coração.

Cada grão de areia é um...

Cada grão é um comum a rolar
Em todo deserto, em todo lugar
Grão que é semente e pode germinar
Grão de luz de estrela a iluminar.

Quando uma estrela apaga
Ou um grão se torna pó
É como o amor que acaba
É o momento de estar só

Cada grão de areia é um...



O compositor Jairo Cechin e a cantora Lia Cordoni. Foto: acervo da autora

mente as leituras multilíngues, convidando professores da USP para ler traduções de poemas, as quais se misturavam, ao final, na declamação conjunta à *Finnegans wake*. Munira e Haroldo teciam, longa e cuidadosamente, o evento de cada ano. Incrementaram a festa na criação musical, notadamente a do grupo Mawaca, e na interpretação de cenas, por atores de primeira plana do teatro paulistano. Muitas publicações decorreram do Bloomsday de Pinheiros.

No meu pensamento nasce o sonho do Mariodeandradia ligado também ao IEB. Significaria a partilha, paralela ao *campus* da USP, de um tesouro em termos de documentos do acervo e do saber interdisciplinar ali gerado. São Roque, IEB e mais participantes, no ano que vem... Valerá, quem sabe, uma caminhada festiva pela Pauliceia, como a congada que Mário planejou desfilar por São Paulo no Centenário da Abolição da Escravatura. Parando em passos determinados, como uma procissão mineira.

Telê Ancona Lopez

Colaboradora sênior e professora
emérita – IEB/USP

<https://orcid.org/0000-0002-1413-1947>

Pode-se captar, no Instagram, a performance em Maylasky: <https://www.instagram.com/reel/DPq3r9LDZVL/?igsh=MXy3ZTJldmszMzJzNw==>

No meu desejo de aproximar o Mario deandradia ao Bloomsday, procuro a professora Munira Mutran, da FFLCH/USP, a renomada crítica que difunde a obra de Joyce no Brasil, em edições primorosas. Ela historia, para mim, a criação desse tão proveitoso comemorar. Surgiu em 1988, por iniciativa dela e de Haroldo de Campos, grande poeta renovador que então trabalhava na Consultoria Jurídica da USP. A intenção de Haroldo, trazer Joyce para fora da academia numa grande confraternização, vicejou no Finnegan's Pub, em Pinheiros, São Paulo, entre 1988 e 2003, quando faleceu o poeta concretista. Concorridíssimo, o Bloomsday implicou igual-



Os músicos: Jairo Cechin,
Lia Cordoni e Matheus
Pezzotta. Na parede,
trabalhos das artesãs da
Oficina Fios e Linhas.
Foto: acervo da autora.

[lançamento)

Fernando Paixão reescreve livro de sua juventude literária

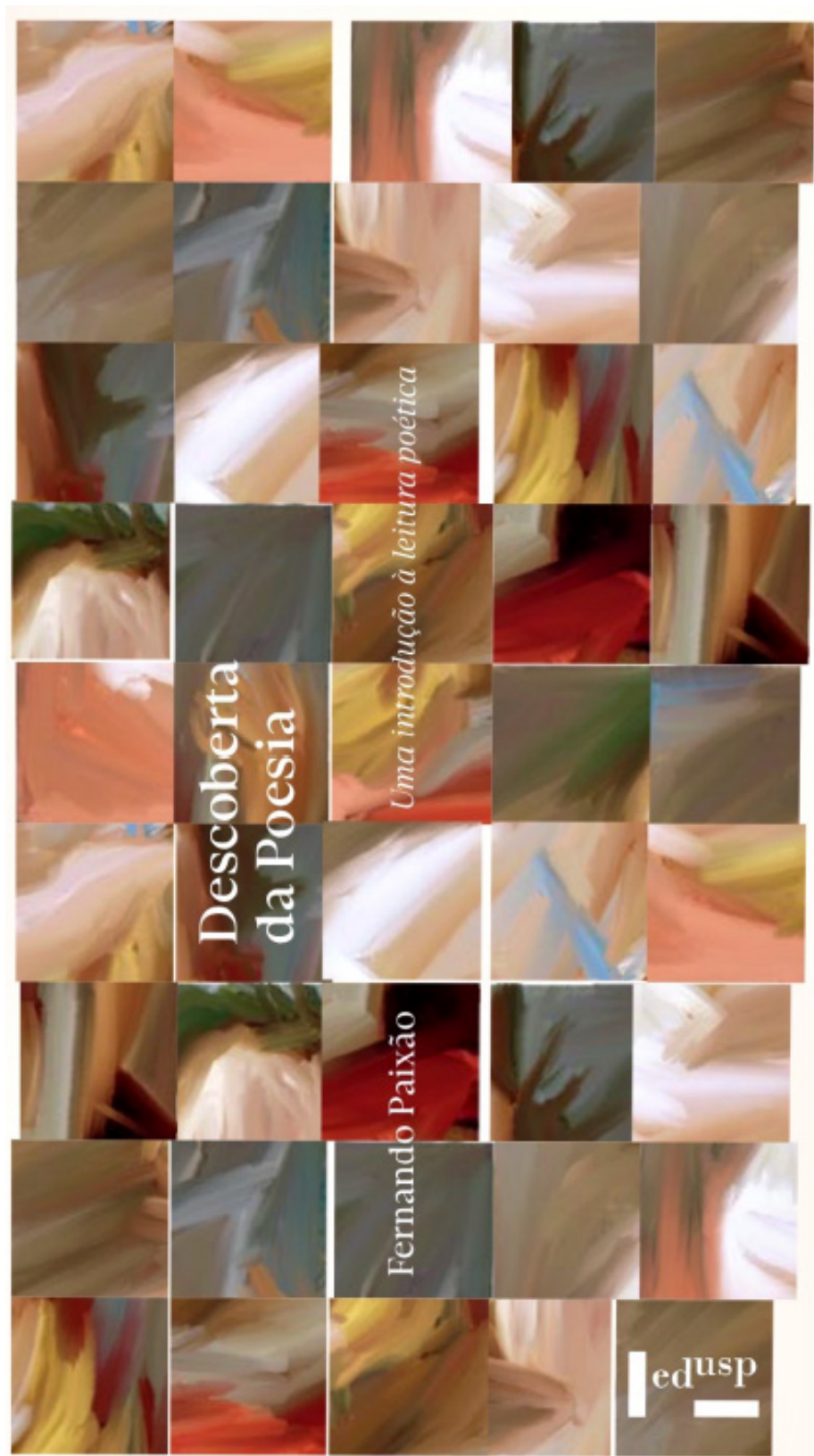
A biografia desse livro remonta a mais de quatro décadas, quando o jovem autor dava os primeiros passos de sua formação intelectual. Recém-formado e tendo publicado um livro de poemas, havia sido convidado pelo editor Caio Graco para escrever *O que é poesia*, dentro de uma conhecida coleção da Editora Brasiliense, Primeiros Passos.

Eu já trabalhava no campo editorial havia quase dez anos – comecei na área cedo –, mas digamos que ainda usava “calças curtas”. O opúsculo saiu em 1982 e teve boa repercussão, com diversas reimpressões. Passado o tempo, porém, estudei mais e desenvolvi autocrítica suficiente para mudar de opinião sobre o texto. Para resumir a história, aos meus olhos aquela publicação passou a ser simplista em alguns conceitos. E encerrei o contrato com a editora.

Mas o mundo dá as suas voltas e nos traz mensagens por rotas que não estão no mapa das suposições. Após muitos e muitos anos, quando eu já havia me tornado professor da Universidade de São Paulo, um aluno me trouxe às mãos um exemplar envelhecido, comprado num sebo.

Qual não foi a surpresa quando deparei, na primeira página, com a dedicatória que eu mesmo escrevera para Haquira Osakabe, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) que muito admirava. Fiquei emocionado com a coincidência, pois sabia do seu falecimento ocorrido poucos anos antes.

As marcas de sua leitura estavam ali presentes, em trechos sublinhados e anotados. Nos dias seguintes, tive a oportunidade de reler o texto e as anotações



Descoberta da poesia acrescenta noções importantes ao entendimento do discurso poético

desse leitor especial e generoso. Pude então ponderar as coisas de maneira menos incisiva.

O livro do jovem autor até que tinha algumas qualidades, embora incompleto nas informações e um tanto vago em certas passagens. Além disso, trazia poucos exemplos de textos poéticos. Seria o caso de reescrevê-lo?, perguntei-me.

A resposta veio nos meses seguintes, quando me dediquei a escrever o novo (velho) livro. Que não é propriamente novo, pois tem por base a versão primeira; porém, foi completamente revisto para acrescentar algumas noções importantes ao entendimento do discurso poético.

Caso tivesse sido escrito a partir do zero, certamente daria um resultado diferente. Mas isso implicaria deixar para trás o jovem que fui e que entendia a poesia como uma arte que implicava viver intensamente – algo para além da mera escrita.

Na verdade, foi esse diálogo comigo mesmo que mais me motivou na empreitada: dizer com palavras de hoje as intuições críticas que vislumbrei há muitos anos.

Fernando Paixão

Professor – IEB/USP

<https://orcid.org/0000-0002-0980-4262>

A edição de 1982, base para a atual, buscou despertar o gosto da poesia nos leitores



Lançado em novembro de 2025 pela Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), *Descoberta da poesia: uma introdução à leitura poética* se propõe a oferecer ao leitor uma espécie de conversa sobre o ofício da poesia, em que se procura desvendar o véu das sutilezas que o compõem. Uma conversa de esclarecimento, sem complicações. Destina-se a um público iniciante no assunto e desenvolve uma linguagem acessível, sem perder o rigor dos conceitos.

“Início de conversa” esclarece a motivação para reescrever o livro mais de 40 anos depois. A sequência dos temas está dividida em três partes para facilitar a compreensão. Nos primeiros capítulos, são apresentados os conceitos gerais e históricos relacionados à poesia e, na parte seguinte, o foco se volta para os aspectos formais de certas composições, envolvendo métrica, rima etc.

Já a parte III aborda em separado alguns modelos poéticos que romperam com a poesia tradicional – a exemplo do poema em prosa – e traz o tema para a atualidade a partir de uma pergunta: como caracterizar a poesia escrita pelos jovens de hoje? Por fim, seguem algumas recomendações de leitura e apresenta-se o conceito, surgido no final do século XX, de “leitura devagar”, que, contrária à vista rápida, desperta curiosidade intelectual e amadurece quem lê.

A proposta geral é sensibilizar o leitor por meio de um método indutivo e de atenção ao jogo poético. Os conceitos são mobilizados para compreender a urdidura de certos poemas, e vice-versa. De acordo com o autor, “Se o livro vier a ampliar o gosto da poesia em uma parcela dos leitores, terá cumprido o seu papel e estará continuando a tarefa daquele jovem ousado que fui, mas agora vestindo calças compridas e menos pretensioso”.

[lançamento)

Tradução do livro do pensador congolês Bunseki Fu-Kiau é reconhecida em dois dos mais importantes prêmios literários do país

O livro *africano sem título: cosmologia dos Bantu-Kongo*, do pensador congolês Kimbwan-dende kia Bunseki Fu-Kiau, um dos mais proeminentes intelectuais do continente africano das últimas décadas, foi uma das cinco obras finalistas no Eixo Produção Editorial do Prêmio Jabuti, no ano de 2025, na categoria tradução. No mesmo ano, igualmente na categoria tradução, o livro se classificou em 2º lugar, dessa vez pelo Prêmio Literário Biblioteca Nacional. Traduzido por este professor que vos escreve e lançado no Brasil, em 2024, pela Editora Cobogó como primeira grande obra vertida para a língua portuguesa do autor aludido, o livro, que, em São Paulo, teve dois lançamentos, um deles no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), vem influenciando pesquisas nas diversas áreas, sobretudo, das humanidades e das artes. Há também uma circulação considerável da obra nos meios extra-acadêmicos desde o seu lançamento, que também se deu em outras capitais brasileiras, como Salvador e Rio de Janeiro, e em Angola (especificamente, na capital, Luanda, e na cidade de Mbanza Kongo, situada ao norte do país e antiga capital do Reino do Kongo, a cuja cultura o autor pertence). A propósito da che-

gada da obra, em português, a Mbanza Kongo (que tem seu centro histórico reconhecido como Patrimônio Mundial da Unesco desde o ano de 2017), tratou-se da primeira vez que chegou às mãos das suas autoridades tradicionais, bem como a suas instituições de educação, um livro de Bunseki Fu-Kiau que pudesse ser acessado pelos leitores de lá, já que a língua colonial portuguesa atravessa a história do território, como é sabido, e o autor editou suas obras, basicamente, em francês e em inglês (como no caso do livro em questão), ainda que conceitos fundamen-

tais nelas apresentados preservem-se na língua original *kikongo*.

A tradução da obra, que, em edição brasileira, veio a chamar-se, conforme supracitado, *O livro africano sem título: cosmologia dos Bantu-Kongo* em virtude da junção dos títulos das suas duas publicações originais, nos Estados Unidos, respectivamente, em 1980 e em 2001, apresenta para a nova recepção uma entrevista que conduzi com a educadora e religiosa Makota Valdina, a primeira pessoa a verter alguns escritos de Fu-Kiau para o português e sua principal interlocutora brasileira até a morte do autor em 2013 (Makota Valdina, por sua vez, faleceu em 2019). Há, também, textos de capa assinados pelos professores Leda Maria Martins e wanderson flor do nascimento.

A obra apresenta ao público brasileiro referências filosófico-cosmológicas com origem na civilização *kongo*, vigentes na contemporaneidade, as quais também estruturam a cultura brasileira em manifestações conhecidas como umbanda, candomblé de linhagem congo-angola, maracatu, reinados e congados etc. Ademais, é preciso ressaltar que a língua *kikongo* (ou língua *kongo*) é um dos idiomas que participam, de modo importante, da constituição do português brasileiro. O livro faz parte de um conjunto de obras de autoras e autores egressos do continente africano, chegando recentemente e de forma mais alargada aos circuitos bibliográficos do Brasil, colaborando para a ampliação das reflexões e pesquisas sobre o mundo e sobre este país, cuja coluna vertebral é também constituída por muitas Áfricas.



Primeiro livro do autor traduzido para o português, a obra permite compreender a incorporação de aspectos da cultura Bantu à cultura brasileira.
Imagem: Editora Cobogó

Tiganá Santana

Professor – IEB/USP

<https://orcid.org/0000-0003-2098-0715>

[caminhada)



A caminhada teve início na rampa de acesso ao IEB. Foto: Angela Fileno

Kulinda: memórias e passos da mulher negra

E se cada silêncio do arquivo fosse quebrado pelo som dos nossos passos? Essa pergunta, escrita em letras pretas sobre o pano vermelho que desce do segundo andar do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (USP), é também um chamado. Um chamado à escuta, à presença e à lembrança de todas aquelas que vieram antes de nós – mulheres negras que pensaram, criaram, ensinaram, mas que, tantas vezes, foram apagadas dos registros oficiais, das prateleiras da história e dos corredores do conhecimento. Para nós, Adriana Paixão, Débora Marçal, Flávia Rosa, Jéssica Olaegbe, Beatriz Oliveira e Sol Tereza, integrantes das Capulanas Cia de Arte Negra, *Kulinda* não é apenas uma *performance* que realizamos: é uma experiência que nos atra-

versa. É um gesto coletivo de presença e fabulação que nasce do encontro entre nossas memórias, nossos corpos e o território que escolhemos atravessar.

A travessia começa fora do edifício e adentra o espaço acadêmico pela rampa, onde caminhamos em câmera lenta entoando:

*“Eu caminhei, minha mana, eu caminhei.
Como eu andei pra chegar até aqui.”*

Cada passo é invocação. Cada respiração carrega nomes, memórias, fragmentos de histórias que o arquivo não guardou, mas que sobrevivem em nossos corpos, vozes e gestos. Caminhamos por aquelas que foram impedidas de estar, por aquelas que estiveram, mas não foram reconhecidas, por aquelas que ainda virão. No percurso, uma de nós abre caminho jogando água de cheiro; outra vem ao final benzendo com folhas, marcando o chão com a força do asê. Máscaras de Gêlêdê, símbolos do poder feminino iorubá, emergem como presenças espirituais que nos observam e protegem. Uma de nós em

perna de pau, vestida com um grande manto de tecidos africanos – Capulanas –, eleva a travessia ao plano do mito: é ancestral e contemporânea, é corpo e monumento, é passado e futuro.

“Kulinda” significa “cuidar” em sua raiz bantu, e é disso que se trata esta ação: cuidar das memórias, dos nomes, dos gestos que fundam e sustentam nossas existências. Cuidar do conhecimento que não cabe nas gavetas da academia, mas pulsa no corpo, no canto, na lágrima que escorre, no chão que se abre.

Nossa presença dentro do IEB – lugar que abriga arquivos e acervos da intelectualidade brasileira – é uma forma de tensionar o que se entende por patrimônio, por memória e por produção de saber. O que significa adentrar um espaço que, historicamente, não nos acolheu como produtoras de pensamento? O que muda quando nossos corpos atravessam o silêncio institucional carregando cânticos, ervas, tecidos, máscaras, vozes e histórias?

Em diálogo com Saidiya Hartman, nossa ação é um exercício de fabulação crítica: inventar, a partir do que foi negado, modos de recontar o mundo. Se o arquivo oficial cala, a *performance* fala. Se o registro falta, o corpo escreve. Nossos passos reconstituem a história por meio daquilo que Hartman chama de *imaginação radical da vida negra* – uma força teórica que recusa o confinamento da história única.

Como nos provoca Denise Ferreira da Silva, o gesto performático negro é um ato radical de pensamento, pois não se separa da vida, da dor, da memória, da luta. A *performance* negra é teoria viva. Ao caminarmos em câmera lenta, criamos um tempo outro, fora da linearidade moderna, um tempo espiralar, onde passado, presente e futuro se tocam. É nesse tempo que reencontramos nossas mestras, nossas mães, nossas ancestrais e também aquelas que, ao nosso lado, continuam a mover o chão da história.

O ato performativo se comunica com o pensamento de Sueli Carneiro, que denuncia o epistemicídio como um dos mais violentos dispositivos do racismo estrutural – aquele que não apenas silencia, mas elimina sistematicamente a legitimidade das produções intelectuais negras, especialmente das mulheres. Como afirma a autora em “O matriarcado da miséria”, “a conjugação do racismo e o sexismo produzem sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social com

desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida” (<https://www.geledes.org.br/o-matriarcado-da-miseria/>). Essa asfixia, inscrita na história e na materialidade das instituições brasileiras, explica também a quase completa ausência de mulheres negras reconhecidas como dignas de compor os acervos do IEB, como se nossas memórias, escritas, pesquisas, objetos, vozes e arquivos não fossem produzidos “à altura” daquilo que se convencionou chamar de patrimônio intelectual do país.

Esse apagamento institucional revela-se de modo ainda mais contundente quando observamos que os escritos de uma das maiores intelectuais negras do Brasil – Beatriz Nascimento (1942-1995) – não possuem acervo próprio no IEB. Sua presença surge apenas como *citação lateral*, mencionada em uma simples caderneta localizada no Fundo Milton Santos, como se sua produção fosse um detalhe, uma nota marginal, um eco dentro do arquivo de outro intelectual. Essa presença indireta e deslocada evidencia de forma exemplar a lógica do epistemicídio: quando uma pensadora central para a compreensão das dinâmicas do Brasil – seus territórios, diásporas, quilombos, corporeidades e modos de existir – aparece apenas como vestígio, e não como sujeito arquivístico pleno, o que está sendo reafirmado é uma política de exclusão que define quem merece ser preservado como fonte legítima e quem permanece à margem da história institucionalizada.

O vazio de nossas presenças nos acervos funciona, portanto, como sintoma e consequência do epistemicídio. Se nossos nomes não estão preservados, catalogados e legitimados nessas instituições, quem então escreve a história dos estudos brasileiros?

E mais: o que significa “estudos brasileiros” quando a intelectualidade negra que funda, move e sustenta este país – segue sendo tratada como exceção, adendo ou curiosidade? Esse gesto de arquivamento desigual cria uma narrativa incompleta sobre o Brasil, uma narrativa que insiste em existir sem nós, mesmo quando somos nós que, historicamente, sustentamos a memória, o território, o pensamento e a cultura deste país.

Ao ocuparmos o IEB com nossos corpos, nossas vozes e nossas próprias formas de produzir conhecimento, rasgamos essa narrativa única e afirmamos que não existe Brasil sem as epistemologias negras, que não existe arquivo nacional que possa reivindicar completude enquanto continuar a excluir aquelas que, desde sempre, pensam, escrevem, criam e sustentam este território. A *performance* “Kulinda: memórias e passos da mulher negra”, realizada em 22 de setembro de 2025 como parte integrante do Programa de Residência Artística do Instituto Çarê e do IEB/USP, é ato estético, político e histórico, é intervenção contra o epistemicídio, é reivindicação de centralidade, é afirmação de que as mulheres negras não são nota de rodapé – são fonte, são arquivos vivos.

E, ao avançarmos pelos corredores, foi impossível não nos depararmos com outra presença fundamental: o acervo de Milton Santos, um dos raríssimos – e historicamente solitários – arquivos de um intelectual negro dentro do IEB. A exceção que ele representa evidencia, ao mesmo tempo, a grandeza de sua obra e a violência do apagamento estrutural que marca a constituição dos arquivos brasileiros.

Santos nos ensina que o espaço é sempre político e só se torna lugar quando vidas,

memórias e afetos o inscrevem. Caminhar com nossos corpos dentro de um arquivo que guarda tão poucos nomes negros é tensionar a própria ideia de patrimônio e de história. Ao ativarmos simultaneamente a *política da autoinscrição* de Carneiro e a compreensão espacial de Santos, produzimos uma reinvenção radical daquele território: fazemos do arquivo um campo de disputa e cuidado, um chão onde nossos passos reivindicam presença e refundam o mundo.

Assim, *Kulinda* afirma que nossas existências não são concessão, mas fundamento; não exceção, mas origem – e que caminhar é escrever no espaço a geografia inapagável da memória negra. Ao final, quando a faixa se abre no alto – “E se cada silêncio do arquivo fosse quebrado pelo som dos nossos passos” –, sentimos que algo se desloca. O espaço se transforma. O arquivo, antes mudo, começa a vibrar. Nossos passos ecoam como páginas escritas com o corpo.

“Kulinda” é, assim, um rito de reescrita e cuidado. Uma travessia poética e política. Um manifesto que afirma: somos parte da história, e a história passa pelos nossos corpos. Somos o arquivo vivo que retorna para ocupar o lugar do qual foi expulso, e o fazemos com beleza.

Nosso gesto é simples e imenso: caminhar.

E, nesse caminhar, reinventar o mundo.

Adriana Paixão

Capulanas Cia de Arte Negra

<https://orcid.org/0009-0003-5859-0795>

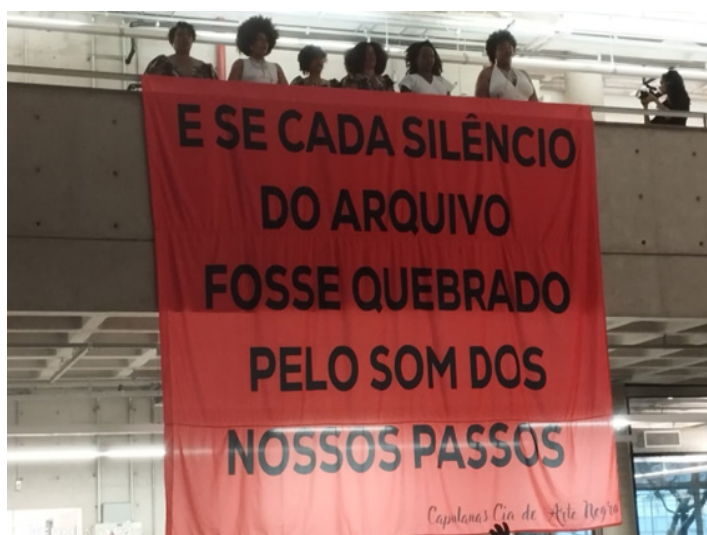
Débora Marçal

Capulanas Cia de Arte Negra

<https://orcid.org/0009-0005-4239-9675>



A apresentação celebrou a memória e o caminho das mulheres negras. Foto: Angela Fileno



O coletivo finalizou a *performance* propondo um espaço em que memórias negras não sejam silenciadas. Foto: Angela Fileno

[memória)



Scognamiglio Caramba Partida para a América

Programa *Teatro de Babel*, veiculado na Rádio USP, divulga projeto de pesquisa que vem sendo realizado no IEB

Produzido pela radialista Biancamaria Binazzi, bolsista de Jornalismo Científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), o programa de rádio *Teatro de Babel* divulga, de forma

leve e ilustrada, os pressupostos e os primeiros resultados do projeto “Conexões musicais transatlânticas: São Paulo na rota das companhias de teatro musicado (1914-1934)”, realizado no Instituto de Estudos Brasileiros sob coordenação da pesquisadora Virgínia de Almeida Bessa, com Auxílio Jovem Pesquisador Fapesp. A série em 13 episódios foi veiculada na Rádio USP entre outubro de 2025 e janeiro de 2026 e pode ser escutada no site da emissora (<https://jornal.usp.br/sinopses-podcasts/teatro-de-babel/>) e nas redes sociais do projeto (@teatromusicadosp).

Ao investigar a circulação em São Paulo de companhias e repertórios estrangeiros de teatro musicado entre 1914 e 1934, “Conexões musicais transatlânticas” examina a inserção da cidade em um nascent-

te mercado global de bens culturais, bem como seus efeitos sobre a vida dramático-musical paulistana. Seu principal ponto de partida é a base de dados Teatro Musicado em São Paulo (teatromusicadosp.com.br), que reúne informações sobre a cena teatral da capital paulista entre 1914 e 1934. Ali podem ser consultadas informações sobre mais de 3.700 peças representadas na cidade, os teatros em que foram encenadas, as companhias e as pessoas envolvidas nas montagens.

O rádio foi escolhido como veículo de divulgação do projeto porque permite escutar gravações de época e sonorizar documentos históricos, como libretos, crônicas teatrais e memórias de artistas. Estabelecendo diálogos com a cena contemporânea, *Teatro de Babel* conta

com atores e músicos da atualidade, com destaque para a trilha sonora original de Gustavo Sarzi e uma gravação do pianista Said Tuma, feita exclusivamente para o programa. Além de apresentar os gêneros de teatro musicado que movimentaram os palcos da cidade, como revista, ópera, opereta e zarzuela, a série aborda temas como imigração, representações de gênero e raça, relações de trabalho e indústria fonográfica. O programa conta com a participação de bolsistas e pesquisadores associados ao projeto, bem como de investigadores estrangeiros e de universidades brasileiras.

O episódio de estreia aborda as origens do teatro musicado e tem como fio con-

ductor a opereta, desde sua criação em Paris, em 1855, até sua expansão mundial como produto de entretenimento de massa. A partir do segundo episódio, a série explora a inserção de São Paulo no mercado transnacional do teatro musicado. A urbanização e o crescimento demográfico da capital paulista no final do século XIX promoveram o aumento da demanda por diversões, o que explica a grande oferta de espetáculos teatrais no período. Cinco episódios da série são dedicados às questões ligadas ao trânsito de artistas, companhias e repertórios entre São Paulo e países como Itália (episódio 3), Espanha e Hispanoamérica (episódio 5) e Portugal (episódio 6). A forte presença italiana na

cidade favoreceu a proliferação de companhias de ópera popular (episódio 4), que atraíam um público de operários e trabalhadores autônomos, muitos deles imigrantes.

Dois gêneros teatrais adquiriram particular importância em São Paulo: a sertaneja e a *sceneggiata*. A primeira, ambientada no mundo rural, tinha como principal característica o uso de gêneros musicais associados aos caipiras (episódio 8). Já a *sceneggiata* foi difundida em São Paulo pelos imigrantes italianos. Trata-se de uma obra teatral musicada cujo enredo se baseia na letra de uma canção napolitana famosa, que também lhe dá título (episódio 10).

Temas como relações raciais e de gênero têm destaque na série. O sétimo episódio apresenta os resultados da dissertação de mestrado *Representações do feminino na opereta A Duquesa do Bal Tabarin: um estudo transnacional (Milão, Madri e São Paulo no início do século XX)*, defendida em 2024 por Anna Maria Greco no Instituto de Artes da Unicamp sob orientação de Virgínia de Almeida Bessa. Já a presença negra no teatro musicado (episódio 12) é debatida em entrevista com a pesquisadora Deise de Brito, autora da tese de doutorado *Casamento de preto: um estudo a respeito do corpo negro a partir de Josephine Baker e Grande Otelo*, defendida em 2019 na Universidade Estadual Paulista (Unesp).

O episódio 11 é dedicado à organização dos trabalhadores teatrais de São Paulo. Nele são apresentados os primeiros resultados da pesquisa de mestrado *Sindicalismo musical transatlântico: a atuação do Sindicato Italiano de Artistas de Opereta no mercado teatral sul-americano (1919-1929)*, realizada por Miguel Breyton no Instituto de Estudos Brasileiros, com previsão de término em 2027. O último episódio aborda o teatro musical contemporâneo em São Paulo, suas transformações ao longo do tempo, seu potencial de crítica social e suas opções políticas e estéticas.

Biancamaria Binazzi

Bolsista do programa de Jornalismo Científico da Fapesp, IA-Unicamp
<https://orcid.org/0009-0004-8188-9063>

Virgínia de Almeida Bessa

Pesquisadora colaboradora do IEB
<https://orcid.org/0000-0002-5439-9972>

TEATRO DE BABEL



USP
Universidade de São Paulo

**JORNAL
DA USP**

Teatro de Babel – Rádio USP

Apresentação, edição e roteiro: Biancamaria Binazzi

Supervisão: Virgínia Bessa

Trilha Sonora original: Gustavo Sarzi

Finalização de áudio: Emerson Ramos

Atores|locutores: Cris Bessa, André Avório, Markito Alonso, Helena Chiste, Emerson Ramos e Breno Martins